

ENTRE LUZES E SOMBRAS: UMA TRANSGRESSÃO PELAS FACES DAS PARTEIRAS BRASILEIRAS

Between lights and shadows: a transgression through the perspectives of brazilian midwives

Laura Carbolin*; Mariele Zawierucka Bressan

¹ Estudante de Medicina da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Câmpus de Erechim

² Doutora em Letras, pela UFRGS. Docente do curso de Medicina da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Câmpus de Erechim

* 105117@aluno.uricer.edu.br

Data do recebimento: 02/08/2025 - Data do aceite: 02/12/2025

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo retratar o legado das parteiras, as nuances que envolveram a sua prática – incluindo práticas controversas como o aborto. Destacam-se as transformações em suas formas de atuação, bem como as questões sociais e morais atribuídas aos seus saberes, com especial atenção às parteiras erechinenses. Trata-se de uma pesquisa realizada em fontes de dados on-line, como *Google Acadêmico*, *SciELO* e *PubMed*, além de fonte de dados primários da Hemeroteca Digital e do Arquivo Municipal Juarez Miguel Illa Font. Como uma das profissões mais antigas do mundo elas foram protagonistas em grande parte da história. No entanto, houve um período em que seus saberes começaram a ser questionados. A análise evidencia uma tentativa de apagamento e culpabilização de seus saberes, com vistas à solidificação da medicina científica.

Palavras-chave: Erechim. Legado. Culpabilização.

ABSTRACT: This study aims to portray the legacy of midwives and the nuances surrounding their practice - including controversial practices such as abortion. It highlights the transformations in their practices, as well as the social and moral issues attributed to their knowledge, with particular

attention to midwives from Erechim. This is a research conducted through online data sources such as Google Scholar, SciELO, and PubMed, as well as primary data from the Hemeroteca Digital and the Juarez Miguel Illa Font Municipal Archive. As members of one of the oldest professions in the world, midwives were protagonists throughout much of history. However, there was a period when their knowledge began to be questioned. The analysis highlights an attempt to erase and blame their knowledge, aiming to solidify scientific medicine.

Keywords: Erechim. Legacy. Blame.

Introdução

As parteiras são figuras que carregam em si múltiplas facetas. Místicas, ilustres, sábias, sigilosas, fortes e resistentes, são mulheres que, com muito pejejo, desempenharam um papel ímpar na travessia do tempo. Foram elas as responsáveis por construir o mundo e o futuro com suas próprias mãos – mãos que trouxeram à vida dezenas de gerações, e que guardam, ainda hoje, sob a terra, a glória de um trabalho marcado pelo simbolismo e pela grandeza de sua missão.

Nos séculos mais remotos, os partos aconteciam, majoritariamente, nos lares, onde as parteiras eram o cerne de, praticamente, todos os nascimentos do mundo (Silva, 2019). Atendiam a comunidade, sem hora, com disposição e, muitas vezes, sem receber nada em troca, além de respeito e gratidão (Teixeira, 2024). Em Erechim, quando este ainda denominava-se Paiol Grande, vinda de Nova Trento, enraizou-se, nas terras do Alto Uruguai, a primeira parteira da cidade: Elisa Dal Vesco Vacchi. Com o tempo e sob outras circunstâncias, foram consolidando-se outras parteiras, como Catharina Loss Basso (Franco, 2000; Emanuele, 2018).

Ao longo da história, o papel das parteiras foi se moldando aos ventos do tempo e às

exigências das sociedades em que atuavam. Por muito tempo, tanto parteiras diplomadas, quanto parteiras práticas – que detinham seus conhecimentos de modo empírico, trabalharam lado a lado num mesmo propósito. No entanto, com o fortalecimento da medicina científica, os conhecimentos populares foram, gradualmente, sendo deslegitimizados (Acker *et al.*, 2006; Teixeira, 2024). Por conta disso, o valor dos saberes milenares das parteiras, transmitidos entre mulheres, por gerações, foi se perdendo, e seu papel central no parto foi tomado pelos médicos homens, distantes da delicadeza e dos vínculos profundos que envolvem o nascimento (Ancin, 2018).

Mas a deslegitimação e a necessidade de adequação aos saberes científicos não calou as antigas práticas dessas mulheres. Seus conhecimentos, enraizados em tradições milenares, não se apagaram. Muitas continuaram a orientar, a aconselhar e a ajudar, mesmo quando a ajuda significava interromper uma gravidez. E, nisso, morava um poder que assustava (Mott, 2005; Teixeira, 2024). Atreladas à prática do aborto, as parteiras foram julgadas e condenadas pela sociedade médica. No entanto, o que se sabe é que, por muito tempo, elas continuaram, independentemente das circunstâncias, a se dedicar a um único objetivo: ouvir, auxiliar e, mesmo nos casos de aborto, guardar esse segredo até o túmulo,

como verdadeiras guardiãs das necessidades das mulheres que cruzaram seus caminhos (Fleischer, 2012; Mott, 2005).

Sob essa ótica, o presente artigo tem como objetivo discutir as múltiplas facetas das parteiras, ao longo da história: seus feitos, suas transformações, as distintas formas de atuação e o papel que desempenharam no cuidado à saúde feminina. Busca-se compreender como essas mulheres, com saberes transmitidos de geração em geração ou adquiridos em instituições formais, se adaptaram às exigências do tempo, ora sendo glorificadas, ora marginalizadas, tanto pela sociedade popular quanto pela medicina oficial. Ao lançar luz sobre esses diferentes olhares e experiências, pretende-se resgatar e valorizar o legado das parteiras como agentes centrais na construção de vidas, territórios e memórias.

Material e Métodos

No presente artigo utilizou-se, como metodologia, a consulta a fontes de dados online, tais como *Google Acadêmico*, *SciELO* e *PubMed*, utilizando palavras-chave, como “parteiras história”, “parteiras legado”, “parteiras atuação”, “parteiras trabalho” e “parteiras cuidado”. Os trabalhos foram selecionados, exclusivamente, em língua portuguesa e não tiveram delimitação de tempo. Assim, foi possível levantar informações sobre a história geral das parteiras no Brasil e seu papel na sociedade ao longo do tempo, com foco em nuances, diferentes perspectivas e na atuação dessas figuras. Ademais, para complementar o estudo, recorreu-se a fontes de dados primários, disponíveis na Hemeroteca Digital e no Arquivo Municipal de Erechim - Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font -, com o objetivo de oferecer uma visão mais próxima e fidedigna do legado das parteiras na região do Alto Uruguai, especialmente na cidade de Erechim.

Resultados e Discussões

Mãos que partenejaram o mundo: saberes, memórias, silêncios e resistência

As parteiras representam uma parte significativa da história da medicina e do mundo, com um papel forte e imponente: trazer novas vidas ao mundo (Silva, 2019). Há quem diga que essa profissão é uma das mais antigas da humanidade, mencionada, inclusive, na Bíblia, no livro do Êxodo. Outros registros históricos descrevem que as parteiras deveriam ser limpas, sem vícios, de boa reputação, honestas, preferencialmente viúvas, com destreza nas mãos, conhecimento do corpo humano e domínio dos rituais ligados ao nascimento (Acker *et al.*, 2006).

No século XIX, os partos aconteciam, majoritariamente, nos lares, e era sob seus cuidados que a maioria das mulheres dava à luz. Essas profissionais eram chamadas comadres - uma forma de tratamento que denotava não apenas respeito, mas também intimidade e confiança. No entanto, seu ofício ia muito além disso. Muitas dessas mulheres atuavam como apoio e solidariedade dentro das comunidades, acompanhando e acolhendo mães, bebês e famílias, em momentos de grande vulnerabilidade. Benziam, receitavam ervas medicinais, aplicavam injeções e utilizavam fármacos em situações emergenciais - cuidando de todos que delas precisavam. Suas práticas misturavam saber empírico, escuta atenta e presença constante (Silva, 2019).

Elas carregavam consigo um compromisso social. Atendiam quem as procurava com acolhimento e sem hora marcada. Pertencentes às camadas populares, seus saberes construíam uma medicina acessível, de baixo custo, em que a retribuição vinha, muitas vezes, em forma de apreço e gratidão, enraizada na confiança e na solidariedade

- especialmente, para as mulheres pobres, que viam nelas não apenas uma profissional, mas uma aliada (Teixeira, 2024). Seus pagamentos não eram, na maioria dos casos, monetários. Recebiam alimentos, pequenos presentes ou valores simbólicos, suficientes, apenas, para manter os medicamentos de que necessitavam. Muitas delas recusavam-se a cobrar pelo serviço, reafirmando o compromisso comunitário e afetivo de seu ofício (Silva, 2019).

As parteiras riograndenses

Recentemente, de acordo com um levantamento realizado por Ancin (2018), no Rio Grande do Sul, das parteiras anciãs ainda vivas e participantes do estudo, a grande maioria é muito simples, vive em moradias modestas, porém, bem cuidadas. O estudo ressalta que, nos dias atuais, as parteiras tradicionais estão quase extintas em nosso Estado e essa realidade pode ser relacionada à chegada dos médicos à cena do parto.

O ato do parto sempre teve o poder de unir e fortalecer laços - especialmente entre mulheres. Em algumas comunidades, o rito do nascimento era envolto por crenças e tabus profundos. Entre eles, o ato simbólico de enterrar a placenta e o cordão umbilical, realizado pela própria parteira, como forma de devolver à terra aquilo que sustentou a vida. Em certas culturas, acreditava-se que o sucesso do parto dependia da harmonia entre o feto e a mãe - e desta com a parteira -, que sempre era alguém de confiança, escolhida com antecedência para sustentar esse elo. No campo, as parteiras, por vezes, eram auxiliadas por homens, que detinham conhecimento sobre o parto de animais, designados, também, a ajudar no nascimento de crianças. Já na cidade, os homens pouco compreendiam do parto, cabendo, exclusivamente, às parteiras esse papel ancestral (Acker *et al.*, 2006).

Ao lançar luz sobre o contexto regional, na região do alto Uruguai, sobretudo no município de Erechim, temos figuras importantes, que representam o legado construído e firmado sob muita dificuldade, como Dileta Scolari Cunha, Helena Soprana, Celuta Côrrea, Antônia Zackrizinski, Catharina Basso e Elisa Vacchi - a primeira parteira de Erechim.

Elisa Dal Vesco Vacchi

Figura 1 - Foto de Elisa Vacchi na reportagem “Elisa, Olga e Catharina: memórias e saberes das parteiras de Erechim”



Fonte: Jornal Boa Vista (2018); Rigo *et al.* (2022).

Nascida em 26 de maio de 1867, em Artem, província de Belluno, no Norte da Itália, Elisa Vacchi (Figura 1) foi uma parteira tradicional, que atuou, intensamente, no município de Erechim e arredores, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960. Era chamada pelas famílias para auxiliar nos partos, muitas vezes em situações de urgência e sem acesso a recursos médicos (Franco, 2000).

Em tempos de estradas precárias e ausência de hospitais próximos, quando Erechim, na época chamado ainda de Paiol Grande, era

um “sertão”, sua presença foi vital. Ela foi não somente a primeira, mas a única parteira, por muito tempo; prestava atendimento de dia e de noite, com chuva ou sol, atendendo a todos sem visar lucro, pois só pagava-lhe quem podia. Após um tempo, passou a atuar com a parteira Antônia Zackrizinski e, juntas, não mediam esforços para chegarem a famílias distantes, realizando seu serviço, sempre, com muita honra (Franco, 2000).

Estima-se que Elisa tenha realizado centenas de partos, sendo lembrada por muitos como a responsável direta pelo nascimento de gerações inteiras de famílias da região. Seu conhecimento empírico e sensibilidade fizeram dela uma referência de confiança e cuidado. O legado de Elisa Vacchi é um testemunho da força dos saberes populares e da importância das mulheres que, com mãos firmes e compassivas, garantiram a continuidade da vida em contextos de vulnerabilidade e abandono estatal (Franco, 2000).

Catharina Loss Basso

Figura 2 - Foto de Catharina Tedesco na reportagem “Elisa, Olga e Catharina: memórias e saberes das parteiras de Erechim”



Fonte: Jornal Boa Vista (2018).

Outra parteira, dentre tantas, que marca a história de Erechim e que representa uma forma de ofício diferente de Elisa foi Chatarina Basso (Figura 2). Elisa foi uma das pioneiras, atuando de forma totalmente tradicional e empírica, com atendimentos domiciliares em áreas rurais, antes da presença estruturada do sistema de saúde. Catharina simboliza a transição: começou como parteira popular, atendendo nas casas e, mais tarde, passou a atuar dentro do Hospital de Caridade, adaptando-se às novas exigências da medicina institucional (Confortin, 2024). A trajetória de tais mulheres mostra como, mesmo com a chegada dos hospitais e da profissionalização da saúde em Erechim, as parteiras seguiram relevantes, moldando sua prática às necessidades da época.

Entre tradição e profissionalização: as diferentes faces das parteiras

Indo ao encontro dessa linha distinta de parteiras, vale ressaltar que elas atuaram nesses dois grupos, em grande parte da história. De um lado, as parteiras práticas/tradicionais, as primeiras, mais numerosas, atendiam sem autorização legal e dominavam conhecimentos empíricos, transmitidos oralmente, ao longo de gerações, dedicando-se não só ao parto, mas a uma série de cuidados paralelos. Mesmo sendo fundamentais, seus feitos foram pouco registrados. De outro lado, havia as parteiras licenciadas, em menor número, formadas em cursos especializados, no Brasil ou no exterior, cujas práticas deixaram mais rastros documentais (Teixeira, 2024).

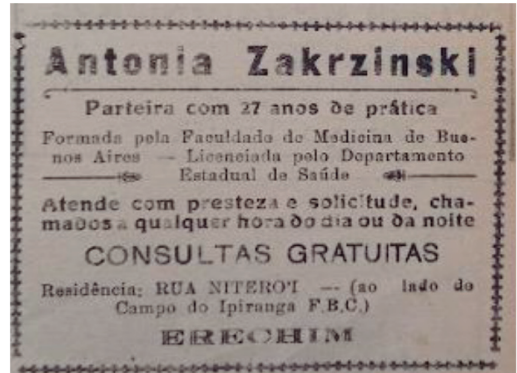
Dentre estas, destaca-se Madame Durocher, a primeira parteira diplomada do Brasil. Não apenas conduzia partos, mas também era perita - examinava amas-de-leite, realizava perícias de virgindade, avaliava partos, julgava infanticídios. Seu saber ultrapassava o nascimento: era, também, um saber sobre o

corpo, a mulher, e seus segredos mais íntimos. Ao longo de sua carreira, realizou mais de 5.500 partos - incluindo o da princesa imperial Dona Leopoldina, filha de Dom Pedro II - e alcançou reconhecimento não somente na esfera profissional, mas sobretudo junto à elite do Brasil Império. Foi autora de diversos trabalhos científicos e tornou-se, em 1834, a única mulher admitida como sócia da Imperial Academia de Medicina (Mott, 2005; Teixeira, 2024).

No século XIX, viajantes que cruzavam o Rio de Janeiro relataram que as parteiras leigas/práticas anunciavam seus serviços por meio de uma cruz branca pendurada na porta de casa, um símbolo silencioso de acolhimento e saber. Com o tempo, especialmente com o surgimento das parteiras diplomadas, a forma de divulgação se transformou: os anúncios passaram a circular pelas ruas em pequenos folhetos. O Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, ainda, guarda um desses exemplares, datado de 1831, testemunho raro de uma profissão que, apesar de essencial, permanecia quase invisível entre as poucas mulheres presentes no campo da saúde formal (Mott, 2005).

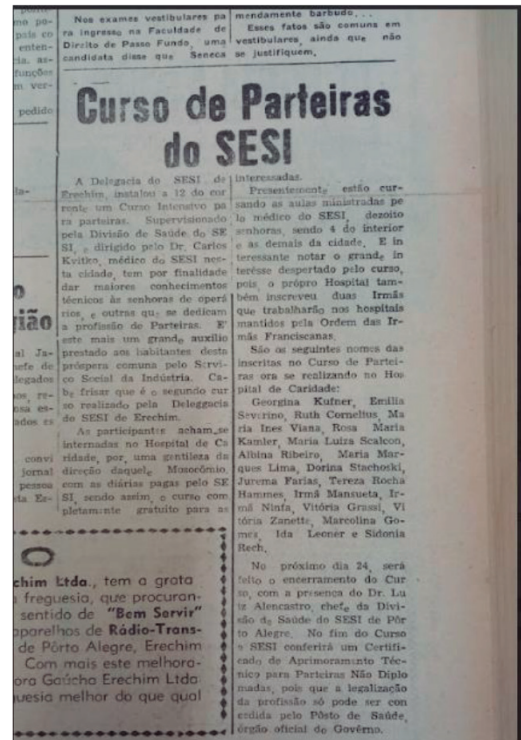
Com a criação da imprensa, no Brasil, no século XIX, os anúncios nos jornais que circulavam eram variados, divididos por sessões, em que os profissionais da área da saúde, como médicos, dentistas e, também, parteiras, passaram a divulgar seu nome e seus serviços em pequenas chamadas, que continham breves informações, como nome, formação, onde e como atendiam (Mott, 2005). Um exemplo desses anúncios é o da parteira erechinense Antonia Zakrzinski (Figura 3), no qual descreve seus 27 anos de atuação, sua formação, além de especificar que não há horário para atendimento e ressalta, em letras maiúsculas, que a consulta é sem fins lucrativos, dispondo, também, seu endereço.

Figura 3 - Anúncio Antonia Zakrzinski - parteira com 27 anos de prática



Fonte: A Voz da Serra (1945).

Figura 4 - Manchete “Curso de Parteiras do SESI”



Fonte: A Voz da Serra (1956).

A existência de anúncios como os de Antonia Zakrzinski, publicados em Erechim, revela não apenas a profissionalização e o prestígio que algumas parteiras conquistaram, mas também as transformações pelas

quais a prática passou, ao longo do tempo. Formada pela Faculdade de Medicina de Buenos Aires e licenciada pelo Departamento Estadual de Saúde, Antonia representava o grupo das parteiras diplomadas, cuja atuação era amparada por formação técnica e reconhecimento institucional, assim como Catharina Basso.

Ao mesmo tempo, como mostra a matéria sobre o Curso de Parteiras do SESI em Erechim, a exigência crescente de formação institucional e certificação ilustra uma tentativa do Estado de regulamentar um ofício tradicionalmente exercido por mulheres com saberes empíricos. Parteiras práticas - muitas vezes, sem diploma, mas com vasta experiência - ainda atendiam a população, especialmente nas zonas rurais, em que a presença do Estado era limitada.

A coexistência desses dois perfis é característica do período: de um lado, mulheres como Antônia, que se anunciavam, publicamente, e ofereciam “consultas gratuitas”, legitimadas por suas credenciais; de outro, parteiras formadas no dia a dia, cujo trabalho seguia sendo essencial, mesmo sem reconhecimento legal, como Elisa Vacchi, primeira parteira de Erechim. Os anúncios que, antes, circulavam de maneira discreta, tornaram-se parte da identidade profissional das parteiras diplomadas, simbolizando uma transição entre o saber popular e o saber médico-institucional. Ainda assim, ambas continuaram atuando, concomitantemente, por muitos anos, até o Estado passar a perseguir e condenar o trabalho das parteiras, sobretudo das práticas (Acker *et al.*, 2006).

Reviravolta e culpabilização: o declínio das parteiras e a ascensão da medicina convencional

Por volta de 1978, com o fortalecimento da medicina científica, começa a se delinear um novo caminho: o parto realizado pelas

parteiras passa a ser culpabilizado como fonte de infecções no puerpério, sob a justificativa da falta de higiene e assepsia. E, assim, inicia-se uma virada na história: o cuidado da saúde da mulher, antes centrado nas mãos das parteiras, passa, gradativamente, para o domínio dos médicos (Acker *et al.*, 2006).

Com base nisso, fica evidente que, ao longo da história, o papel das parteiras foi se moldando aos ventos do tempo e às exigências das sociedades nas quais atuavam. A sua própria trajetória revela as contradições de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que exaltava algumas parteiras, mantinha sobre elas o peso do preconceito. Mesmo quando admiradas, essas mulheres eram atingidas por valores racistas, machistas e elitistas, próprios de uma sociedade escravocrata, que desvalorizava o trabalho manual e qualquer ofício feminino ligado à subsistência (Teixeira, 2024).

Aos olhos da medicina oficial, a imagem da parteira foi, historicamente, marcada por esse preconceito. Eram descritas como mulheres negras, pobres e analfabetas - um retrato estigmatizante, que não somente ignorava seus saberes, mas buscava apagá-los. No início do século XIX, essa tentativa de silenciamento se intensificou. O Império, ao instituir uma medicina pública baseada na observação e na experiência acadêmica, fortaleceu a exclusividade do saber médico-científico e declarou guerra aberta aos saberes populares (Teixeira, 2024).

Com a fundação das faculdades de medicina, em 1832, o saber legítimo passou a ser aquele que circulava dentro dos muros das instituições. Nesse cenário, as parteiras - assim como benzedeadas, curandeiras, raizeiras, feitiçeadas e outros agentes da cura - foram deslegitimadas (Teixeira, 2024). A partir daí, as parteiras diplomadas passaram a ser supervisionadas pelos médicos, submetidas a um controle rigoroso, agora, sem o poder de decisão e sem a autonomia em suas condutas, enquanto as parteiras práticas foram forçadas

a se institucionalizar por meio de cursos ofertados pelos hospitais (Mott, 2005).

O protagonismo e a autoridade foram transferidos aos médicos homens, que, a partir desse momento, comandavam o nascimento. Assim, o saber das parteiras foi ridicularizado: tachado de supersticioso, ignorante, desqualificado. Em um espaço cada vez mais hostil, essas mulheres foram declaradas sem competência e apagadas do ambiente profissional formal (Acker *et al.*, 2006; Mott, 2005; Teixeira, 2024). Esse processo contribuiu para o esquecimento de saberes ricos e profundos, construídos ao longo de séculos; saberes que, lamentavelmente, foram sendo deixados para trás; saberes que poderiam, facilmente, caminhar lado a lado com os avanços da ciência, unindo tradição e modernidade em prol de uma experiência mais humana e acolhedora para as parturientes (Ancin, 2018). No presente, escreve-se uma história diferente daquela que se viu no passado: por meio da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (2013), busca-se valorizar saberes que foram, durante muito tempo, moralmente apagados e rejeitados. Mostra-se, assim, que não só é possível, como também muito mais humano e profícuo, entrelaçar conhecimentos que, por mais distantes que pareçam, se cruzam e se unem em prol de um bem maior.

Segundo relatos de parteiras entrevistadas por Ancin (2018), muitas afirmam ter vivenciado, com pesar, o momento em que os saberes tradicionais foram rejeitados e substituídos pelos saberes científicos. Para elas, isso representou um retrocesso. Não apenas se perdeu o valor desses conhecimentos milenares, passados de mulher para mulher, ao longo dos séculos, mas também o lugar da parteira foi usurpado como centro desse ofício tão singular, tão feminino - agora, ocupado por um médico homem, alheio às tramas delicadas do nascimento e aos vínculos sagrados da vida que se inicia.

Reportagens como “A parteira levou a jovem à morte”, publicada no jornal A Voz da Serra em 1952, revelam como o discurso médico e institucional do século XX construiu um imaginário de risco em torno das parteiras, fortalecendo sua criminalização. Ao divulgar, de forma sensacionalista, casos isolados de complicações, a imprensa contribuiu para associar a figura da parteira à negligência e à morte. Esse tipo de narrativa encontra eco na virada, denunciada por Acker *et al.* (2006), quando, a partir de 1978, o parto passa a ser responsabilizado como vetor de infecção quando realizado por parteiras, sob o pretexto da falta de assepsia.

Ao culpabilizá-las, publicamente, deslocava-se o problema das condições precárias de saúde pública para as mãos femininas que, durante séculos, sustentaram os nascimentos populares. O caso da jovem morta, antes de ser apenas um exemplo trágico, revela o quanto as parteiras foram transformadas em bodes expiatórios de um sistema que falhou em garantir saúde e dignidade às mulheres, sobretudo as pobres.

Figura 5 - Manchete “A parteira levou a jovem à morte”



Fonte: A Voz da Serra (1952).

Mãos que curam, mãos que ferem: o lado oculto das parteiras

O diploma não calou as antigas práticas, porque, apesar da pluralidade de conhecimentos sobre o corpo humano deixar de ser tolerada, para o povo e para as comunidades nas quais essas mulheres atuavam, elas continuavam sendo fonte de confiança e cuidado. Suas práticas, enraizadas em tradições milenares, não se apagaram, facilmente: eram passadas de geração em geração, vividas no cotidiano, entranhadas no tecido da vida. Muitas continuaram a orientar, aconselhar, ajudar - mesmo quando a ajuda significava interromper uma gravidez. E, nisso, morava um poder que assustava (Mott, 2005; Teixeira, 2024).

Segundo Mott (2005, p. 13), os médicos condenavam os abortos, que, segundo eles, eram, frequentemente, conhecidos e praticados por parteiras. Em reportagens do século XIX, parteiras e farmacêuticos são citados como realizadores de abortos - com métodos diversos, preços estipulados e consequências dolorosas. Há relatos de parteiras que induziram o aborto com longos estiletes de aço para romper o invólucro da gestação. Era um procedimento brutal, descrito como “do mais negro charlatanismo”. As dores eram insuportáveis; a hemorragia, frequente. Mas se a mulher sobrevivia, estava “salva... sem o filho”

O estudo de Fischer (2012) aponta que, na região de Melgaço, no arquipélago marajoara paraense, as parteiras auxiliavam nos abortos. De acordo com a autora, mais da metade dos atendimentos obstétricos das parteiras tratava-se de abortos, espontâneos ou não. Elas realizavam essa prática, utilizando meios variados, como chá de pinhão roxo para estancar o sangue.

Muitas dessas histórias, contadas entre murmúrios, mostram o quanto as parteiras foram guardiãs da intimidade feminina. Curavam, cuidavam e, por vezes, feriam -

mas, sempre, com a consciência profunda do corpo da mulher e dos desejos que nele habitam (Mott, 2005). Suas mãos eram ciência, consolo e transgressão.

Essa prática é, inclusive, associada às parteiras em reportagens como a publicada, em 1987, no jornal O Pioneiro (Figura 6), disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que trata o aborto como uma questão social, para além da mera condenação moral. A matéria aponta que, apesar da criminalização, os abortos continuavam a acontecer e, muitas vezes, com a mediação de figuras tradicionais como as parteiras. Ao discutir o tabu do aborto, a reportagem reconhece que a prática ocorre, mesmo em contextos de clandestinidade, mobilizando redes de apoio e conhecimento popular. Soma-se a isso o fato de que, no Brasil, o aborto induzido, exceto em três situações¹, é considerado como crime pelo Código Penal, embora existam movimentos que lutem pela sua descriminalização.

Figura 6 - Reportagem de título “Questão moral x questão social”



Fonte: O Pioneiro (1987) *apud* Hemeroteca Digital (2025).

Assim, o texto jornalístico corrobora com o que apresentam estudos contemporâneos, como os de Mott (2005) e Fleischer (2012): as parteiras, mesmo estigmatizadas ou invisibilizadas, seguiram sendo referência em cuidados reprodutivos - inclusive em casos de interrupção da gestação. Isso evidencia que a atuação dessas mulheres, longe de se restringir a partos, envolvia decisões éticas complexas,

marcadas por empatia, sigilo e um conhecimento prático, profundamente conectado às necessidades das mulheres, em seus territórios.

Considerações finais

As parteiras brasileiras ocuparam um papel central na construção da sociedade. Seus valores e legitimidade foram se transformando, ao longo da história, ora glorificadas, ora marginalizadas, mas, mesmo em períodos de perseguição, seus legados ancestrais persistiram. Elas foram, por muitos séculos, figuras exclusivas no nascimento e, com o tempo, seu valor e atuação foram sendo substituídos pela medicina científica, movimento esse que fez com que muitos dos cuidados e conhecimentos transferidos entre gerações fossem se perdendo. Além disso, as parteiras detinham um cuidado singular em relação à saúde feminina, sendo verdadeiras aliadas ao desejo e aos segredos das mulheres, inclusive em casos de abortos.

Sendo assim, este artigo buscou lançar luz sobre as diversas facetas que constituem essas mulheres: guardiãs de saberes milenares, cuidadoras em tempos de abandono estatal, protagonistas do nascimento, mas também alvos de estigmas, silenciamentos e exclusões. O movimento de apagamento e extinção imposto a essas figuras milenares não se resume, somente, ao passado; antes, se interpela no presente: como podemos, hoje, articular tradição e ciência de forma mais humana, ética e sábia? Como garantir que os saberes comunitários não sejam vistos como ameaça, mas como potência e riqueza?

Portanto, este trabalho reconhece a importância de resgatar os saberes das mulheres que partejaram por gerações e reafirma o poder transformador que há em valorizar tradições, raízes e ancestralidades. Ao reconhecer esses saberes, não apenas se honra uma história, muitas vezes silenciada, como também se propõe um olhar mais sensível e plural para os cuidados com a vida, capazes de enriquecer, profundamente, a sociedade contemporânea.

NOTAS

¹ Conforme o Código Penal, o aborto induzido é permitido nas seguintes situações: gravidez decorrente de estupro e estupro de vulnerável (menores de 14 anos); presença de risco de vida para a mulher não necessariamente iminente, mas relacionado a condições de saúde pré-existentes; em caso de anencefalia fetal.

REFERÊNCIAS

ACKER, J. I. B. V., ANNONI, F., CARRENO, I., HAHN, G. V., MEDEIROS, C. R. G. As parteiras e o cuidado com o nascimento. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 5, p. 647-51, set-out 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/hMBfW8LZthmhn4yX4HVPPcq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2025.

- ANCIN, J. S. **As narrações ausentes das panteras anciãs do Rio Grande do Sul**: um resgate emergente feito em coletivo. 2018. 152f. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Rurais. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18659/DIS_PPGER_2018_ANCIN_JIMENA.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 28 jul. 2025.
- ANTONIA Zakrzinki - parteira com 27 anos de prática. **A Voz da Serra**, 1945. Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, 2022.
- A PARTEIRA levou a jovem à morte. **A Voz da Serra**, 1952. Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, 2022.
- BRASIL. **Código penal**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013**. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília, 19 de novembro de 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html Acesso em: 30 jul. 2025.
- CONFORTIN, H., BEARZI, Z. T., GARCEZ, N. C., GROCH, M. V. K., PAGLIOSA, E. L. B. **Mulheres de Erechim**: no anonimato ou no palco, elas são ELAS. p. 648-649, Erechim, RS: AEL, 2024. Acesso em: 05 mai. 25.
- CURSO de parteiras do SESI. **A Voz da Serra**, 1956. Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, 2022.
- EMANUELE, C. Elisa, Olga e Catharina: memórias e saberes das parteiras de Erechim. **Jornal Boa Vista**, 2018. Disponível em: <https://jornalboavista.com.br/elisa-olga-e-catharina-memorias-e-saberes-das-parteiras-de-erechim/>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- FLEICHER, S. R. Dos fetos engolidos e escondidos: um comentário sobre o apoio de parteiras ribeirinhas ao aborto. **Ciência coletiva**, v.17, n. 7, Jul 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000700005>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- FRANCO, R. Elas também marcaram a nossa história. **A Voz da Serra**, 2000. Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, 2022.
- MOTT, M. L. Parteiras: o outro lado da profissão. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 117-140, 2005. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/02112009-122909mott.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- QUESTÃO moral x questão social. O Pioneiro, 1987. **Hemeroteca Digital Brasileira**. 2025. Disponível em: <https://bdn.digital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 21 jul. 25.
- RIGO, N. R., ZANIN, E. M., CARON, M. S., WISNIEWSKI, M. S. W. Parteiras, “farmacêuticos”, remédios antes da prescrição e assistente de médico: relatos de Chico Tasso. **Primeiras Notas: História da Saúde no Alto Uruguai Rio-Grandense**, p. 33-41, Erechim, 2022.
- SILVA, E. B. da. Parteiras Madrinhas (Sul do RS, 1960-1990). **História em Revista**, v. 21, n. 22, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/15979/10038>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- TEIXEIRA, A. N. As parteiras no ensino de história. **Tramar nas margens: feminismos, decolonialidades e ativismos**. Universidade Federal da Bahia, 2024. Disponível em: https://www.engteg.anpuh.org/resources/anais/18/engteg2024/1726687634_ARQUIVO_5b78c4423b73d3acaca3a-d25a06d1773.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

